

PLANO DE RECUPERAÇÃO DEVE DAR PRIORIDADE ÀS EMPRESAS PARA CRIAR “UMA CLASSE MÉDIA MAIS ROBUSTA”



Rui Rio defende que o Plano de Recuperação e Resiliência do Governo deveria estar mais focado nas “empresas exportadoras” e na “competitividade da economia”. O objetivo é, segundo o Presidente do PSD, tornar a “economia mais robusta”, para permitir “pagar melhores salários”. “A questão dos salários é fundamental. Pretendemos que, no médio e longo prazo, Portugal pague melhores salários e tenha uma classe média mais robusta”, referiu o líder do PSD, no final de uma audiência com o Primeiro-Ministro, na segunda-feira, em São Bento



pág. 6

PARLAMENTO

ADÃO SILVA ELEITO PRESIDENTE DO GRUPO PARLAMENTAR DO PSD

Adão Silva foi eleito Presidente do grupo parlamentar do PSD e assegura que pretende que o seu mandato seja marcado pela unidade da bancada, uma unidade “que nos deixe mais apetrechados e capazes para fazermos o trabalho que temos de fazer enquanto representantes do povo português”



pág. 9

LOCAIS

PSD PRETENDE REVERTER ENCERRAMENTO DO SERVIÇO DE CONSULTA ABERTA DO HOSPITAL DE CANTANHEDE

Os deputados do PSD, entre os quais os eleitos por Coimbra, contestam o encerramento do serviço de consulta aberta do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo (HAJC)



pág. 11

REGIONAIS

BOLÍEIRO QUER POTENCIAR CENTRALIDADE DA ILHA TERCEIRA

Para o candidato do PSD a Presidente do Governo Regional, “é preciso redefinir pensamento estratégico, político e cívico para a posição global e geoestratégica da ilha Terceira e dos Açores no seu todo, e não reduzir a base das Lajes a um interesse militar”



JOSÉ CANCELA MOURA
Diretor do "Povo Livre"

SEM PEES NEM CABEÇA

O Governo requereu uma autorização legislativa para estabelecer um regime especial de expropriações e constituição de servidões, para os investimentos a realizar no âmbito do Programa de Estabilização Económica e Social (PEES).

De acordo com o Governo, o objetivo da medida é "introduzir a simplicidade e celeridade na tramitação dos procedimentos". E, de facto, a simplificação é tanta, que aquele regime especial elimina a fase da tentativa de aquisição por via do direito privado, a notificação da declaração de utilidade pública, a notificação de autorização da posse administrativa aos interessados, o direito ao contraditório do expropriado. Isto não é um SIMPLEX, é mais um ELIMINEX.

Expropriar ou constituir servidões já são, de *per si*, atos excepcionais e urgentes, regulados no Código das Expropriações. Por isso, não se compreende que o Governo pretenda criar um regime que estabelece uma exceção à prerrogativa de expropriar e confira prioridade à urgência de tomar posse, ainda por cima, não respeitando, nem os direitos dos expropriados, nem observar os princípios da legalidade, justiça, proporcionalidade, imparcialidade e boa-fé.

Mais parece uma deriva gonçalvista. Mas trata-se certamente de um equívoco ideológico, porque o PREC pertence à história, em 1975. Mas estamos em 2020, e entre o preconceito ideológico e tanta azáfama legislativa, ao Governo apenas escapou o pormenor de conformar este regime com os princípios do Estado de Direito e com a Constituição. Num Estado de Direito não pode valer tudo, sobretudo, quando está em causa a proteção da confiança dos cidadãos.

Em consciência a um pedido de autorização legislativa desta natureza, o Parlamento deveria responder com uma ordem de proibição legislativa, já que o diploma do Governo teve uma única preocupação a declaração da utilidade pública e o carácter de urgência das expropriações, descuidando e sacrificando, de forma grave, o direito à propriedade privada, consagrado na Constituição.

Esta tutela constitucional não é incompatível com a compressão do próprio direito, mas estas restrições devem ser adequadas ao fim de utilidade pública, o que no caso, em concreto, pode também ferir o princípio constitucional da proporcionalidade.

Este regime excepcional exclui a aquisição dos bens por via do direito privado e impede que os expropriados exerçam o contraditório, pelo que a decisão unilateral de expropriar só poderá ser impugnada em sede de contencioso administrativo, na maior parte dos casos, como sabemos, com prejuízos graves para os expropriados, quanto ao justo valor dos bens.

Se a declaração de utilidade pública é publicada apenas com a planta aprovada ou com o mapa das áreas e a lista de proprietários, os interessados também não têm como defender-se daquela desproporcionalidade, porque permanecem em desconhecimento de causa até àquele momento.

Há ainda outro efeito bizarro. Basta tão só esta publicação do ato declarativo da utilidade pública, para haver lugar, de imediato à posse administrativa dos bens expropriados.

Não se compreende esta restrição injustificada do direito à propriedade privada, nem a forma manifestamente desproporcionada como o Governo pretende fazer prevalecer a própria noção de interesse público.

O Governo e o PS, a coberto da pandemia pensa que vale tudo, que pode tudo, até quando está em causa a proteção da confiança dos cidadãos. A esquerda, que no passado recente, a cada vírgula mal colocada reclamava a intervenção do Tribunal Constitucional, assobia agora para o lado, mesmo quando estão em causa princípios constitucionais.

E, neste quadro, o PSD não está uma, nem duas, mas três vezes contra. Contra esta espécie de confisco. Contra esta perigosa arbitrariedade. Contra esta negação do Estado de Direito.

O pedido do Governo é um diploma sem PEES – leia-se Programa de Estabilização – nem cabeça. Em vez de um estado de contingência, esta autorização legislativa pode colocar o País em estado de sítio.

PLANO DE RECUPERAÇÃO ÀS EMPRESAS PARA MAIS ROBUSTA"



RECUPERAÇÃO DEVE DAR PRIORIDADE PARA CRIAR “UMA CLASSE MÉDIA



Rui Rio defende que o Plano de Recuperação e Resiliência do Governo deveria estar mais focado nas “empresas exportadoras” e na “competitividade da economia”. O objetivo é, segundo o Presidente do PSD, tornar a “economia mais robusta”, para permitir “pagar melhores salários”. “A questão dos salários é fundamental. Pretendemos que, no médio e longo prazo, Portugal pague melhores salários e tenha uma classe média mais robusta”, referiu o líder do PSD, no final de uma audiência com o Primeiro-Ministro, na segunda-feira, em São Bento.

Rui Rio divulgou que o PSD irá apresentar em breve a sua visão do documento de recuperação económico-social para o País decorrente da crise motivada pela pandemia. “Se o PSD se comportasse a olhar para o seu próprio interesse fazia um discurso desses, dizia que era impensável e estava tudo errado, mas o PSD está preocupado com a construção do País. Temos de olhar para este documento com racionalidade e equilíbrio, haverá coisas que, na nossa ótica, estarão bem e outras que estarão menos bem”, afirmou, num comentário ao encontro dedicado à análise do Plano de Recuperação e Resiliência do Governo.

Rui Rio sublinha que as verbas excecionais provenientes da União Europeia terão de assegurar uma “resposta de curto prazo, mas sobretudo de longo prazo” para a economia portuguesa. “Por isso, o grosso do objetivo tem de ser virado para as empresas, porque são as empresas que geram produção e são as empresas que pagam salários, sem querer esquecer a componente pública, que é complementar, mas no núcleo central têm de estar as empresas”, declarou, acrescentando que, dentro das empresas, a aposta terá de centrar-se sobretudo na exportação e no investimento.

Questionado como se pode traçar um plano para o futuro sob uma situação ainda de muita incerteza no que diz respeito à evolução da pandemia de covid-19, Rui Rio respondeu: “Mas não temos outra alternativa”. “Nós não podemos voltar a dar a resposta à pandemia igual à que demos em março e abril, não é possível, o País simplesmente não aguenta. (...) Chegar ao ponto de dizer que os restaurantes, as lojas e os centros comerciais fecham todos, não é possível”.

RUI RIO DEFENDE TRIBUNAL CONSTITUCIONAL E SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO EM COIMBRA

Cumprindo uma convicção antiga e reafirmada na sessão de encerramento do 37.º Congresso Nacional, em 2018, e mais recentemente no Congresso de fevereiro passado, o Presidente do PSD defende a deslocalização para Coimbra da sede do Supremo Tribunal Administrativo (STA) e do Tribunal Constitucional (TC), que inclui a Entidade das Contas e Financiamentos Políticos. Rui Rio recorda que “Portugal é um país extremamente centralizado”, onde “os centros de decisão estão praticamente todos em Lisboa e os serviços concentrados em Lisboa”.

Rui Rio considera que “o excesso de centralização é um dos fatores do menor desenvolvimento do País em comparação com outros [estados]”. O líder do PSD dá como exemplo a Alemanha que tem diversos órgãos, instituições e centros de negócios distribuídos por diversas cidades alemãs. “O Tribunal Constitucional da Alemanha não está em Berlim, está em Karlsruhe”, apontou.

Na conferência de imprensa desta quarta-feira, Rui Rio referiu que “a Cidade de Coimbra, pela sua centralidade geográfica e pela sua indelével característica de ‘Cidade Universitária’ e representatividade, no plano nacional e internacional, no ensino do Direito, dispondo hoje, inclusivamente, de um centro inigualável e especificamente vocacionado ao estudo da jurisprudência – a Casa da Jurisprudência da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra –, reúne condições ímpares para acolher a sede do Tribunal Constitucional e do Supremo Tribunal Administrativo”, disse.

Rui Rio entende que “retomando o caminho delineado em 2019, impõe-se dar um passo mais ambicioso no processo de descentralização das instituições do Estado, alargando este processo à localização territorial da sede do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Constitucional”.

“Acho que o País todo sentir-se-ia satisfeito se Portugal fosse capaz de dar este passo no sentido da desconcentração e descentralização”, sintetizou Rui Rio, que fez questão de sublinhar que estas medidas, que agora estão consubstanciadas num projeto de lei dado a conhecer, são para “Portugal como um todo”, e, por isso, não estava acompanhado pelos três deputados do PSD eleitos por Coimbra. “Acredito que temos de descentralizar o País. Quanto mais se concentra, pior. Nós temos o interior abandonado”, alertou.



CONFERÊNCIA ONLINE
 ZOOM@WEBINAR | LIVE FACEBOOK PSD

CEN CONSELHO ESTRATÉGICO NACIONAL | **PSD** PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA PRIMEIRO PORTUGAL

TERÇA . 29 SETEMBRO . 21H00

“ENSINO SUPERIOR, CIÊNCIA E TECNOLOGIA”



Graça Carvalho
 CEN Ensino Superior e Presidente do IFSC
 Eurodeputada



António Fidalgo
 Reitor da Universidade da Beira Interior



Carlos Salema
 Presidente da Academia das Ciências de Lisboa



José Tribolet
 Presidente do INESC

RUI RIO NÃO QUER MAIS “NEM MAIS UM TOSTÃO” PÚBLICO NO NOVO BANCO



Em entrevista ao programa “Polígrafo” da SIC Notícias, dia 21 de setembro, Rui Rio defendeu que o Estado não deve colocar “nem mais um tostão” no Novo Banco enquanto não conferir “a conta corrente” que tem com esta instituição financeira. O Presidente do PSD concorda que seja realizada uma auditoria ao Novo Banco por uma instituição pública idónea, como o Tribunal de Contas (TdC), e manifestou estar disponível para aprovar uma comissão de inquérito no Parlamento.

Questionado se é contra uma nova injeção no Novo Banco no próximo Orçamento do Estado, Rui Rio respondeu perentoriamente: “em minha opinião, não podemos dar nem mais um tostão ao Novo Banco enquanto não aferirmos a conta corrente com o Novo Banco. Se o dinheiro era devido e o Novo Banco apresentar faturas de novas perdas, aí temos de pagar e atacar o contrato que o Governo assinou”.

Rui Rio reiterou que os vários processos de aquisição de imóveis abaixo do valor de mercado pelo Novo Banco deveriam ser investigados pelo Ministério Público e estranhou a rapidez com que a Procuradoria-Geral da República decidiu que não deveria emitir uma providência cautelar para impedir novas operações deste tipo.

Paralelamente, Rui Rio concorda com a realização de uma auditoria realizada pelo Tribunal de Contas, “auditoria que inspire confiança” para analisar os mais recentes negócios e operações na instituição. “Somos nós portugueses que estamos a pagar. (...) O Novo Banco já recebeu mais de 7 mil milhões de euros dos contribuintes portugueses desde 2014. Toda esta história tem de ser investigada”, assinalou.

Sobre a proposta de criação de uma comissão de inquérito ao Novo Banco – que irá ser votada na próxima sexta-feira –, Rui Rio declarou ser a favor. “A questão do Novo Banco é tão grave que evidentemente temos de fazer uma comissão de inquérito”, adiantou.

Em relação ao próximo Orçamento do Estado, Rui Rio diz que, neste momento, a sua resposta é absolutamente irrelevante porque o primeiro-ministro deu essa resposta há duas ou três semanas, quando disse ao ‘Expresso’ que no dia em que para aprovar um Orçamento precisar do PSD o Governo acabou”, disse.

Quanto a eventuais acordos ou coligações com o Chega, Rui Rio recusa qualquer aproximação no atual quadro político. “Sem o Chega moderar a sua postura, o seu discurso, aquilo que defende, muitos projetos de lei de perfil muito populista que apresenta, não. Se moderar, logo se vê”, disse.

Sobre a polémica da participação do Primeiro-Ministro na Comissão de Honra do recandidato à presidência do Benfica Luís Filipe Vieira, Rui Rio invocou a sua convicção firme e o seu histórico na separação de águas entre o futebol e a política, desde os tempos em que contestou os dois “Totonegócios” (perdão de dívidas fiscais aos clubes de futebol). “Fui contido propositadamente (...). Eu tenho essa marca, não tenho de ser muito efusivo porque tenho a razão do meu lado há muitos anos”, apontou, considerando que, mais do que pelos processos judiciais ainda em curso, o apoio do Primeiro-Ministro ao candidato foi criticável por o dirigente desportivo ser um dos grandes devedores ao Novo Banco.

Rui Rio irá levar a discussão o apoio do PSD a Marcelo Rebelo de Sousa no Conselho Nacional e na Comissão Política de sexta-feira. “O Conselho Nacional e a Comissão Política é que decidem. Mas estando na Presidência da República alguém que é fundador e foi líder do PSD e quando olhamos aos outros candidatos que já se perfilaram, de muita rutura, eu penso que é aconselhável o PSD ponderar [o apoio a Marcelo Rebelo de Sousa]. Isto não quer dizer que esteja de acordo com tudo o que fez. O Presidente da República não é do PSD, é Presidente de todos os portugueses”, explicou.

ADÃO SILVA ELEITO PRESIDENTE DO GRUPO PARLAMENTAR DO PSD



Adão Silva foi eleito, na quinta-feira, Presidente do grupo parlamentar do PSD, sucedendo a Rui Rio. O deputado, até aqui Vice-Presidente de Rui Rio, assegura que pretende que o seu mandato seja marcado pela unidade do Grupo Parlamentar, uma unidade “que nos deixe mais apetrechados e capazes para fazermos o trabalho que temos de fazer enquanto representantes do povo português”.

Adão Silva obteve 81% dos votos, numa eleição em que votaram os 79 deputados da bancada social-democrata: 64 votaram sim, seis em branco e registaram-se nove votos nulos.

Sobre o mandato de Rui Rio à frente do Grupo Parlamentar, Adão Silva considerou que o líder do PSD fez um “excelente mandato, num tempo muito difícil”, adiantando o deputado que “ninguém seria capaz de fazer, nos tempos que vivemos até aqui, um mandato tão capaz e profícuo como aquele que fez o Dr. Rui Rio”.

A direção da bancada social-democrata tem a seguinte composição:

Presidente: Adão Silva

Vice-Presidentes: Afonso Oliveira, Carlos Peixoto, Catarina Rocha Ferreira, Clara Marques Mendes, Luís Leite Ramos e Ricardo Baptista Leite

Secretários: António Ventura e Hugo Carneiro

Em simultâneo, foram também eleitos os Coordenadores e Vice-Coordenadores do Grupo Parlamentar do PSD nas respetivas comissões. A coordenação da bancada social-democrata nas comissões parlamentares tem a seguinte composição:

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Coordenadora – Mónica Quintela
Vice-Coordenadora – Márcia Passos

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Coordenador – Nuno Carvalho
Vice-Coordenador – Eduardo Teixeira

Comissão de Defesa Nacional

Coordenadora – Ana Miguel dos Santos
Vice-Coordenador – Carlos Eduardo Reis

Comissão de Assuntos Europeus

Coordenadora – Isabel Meireles

Comissão de Orçamento e Finanças

Coordenador – Duarte Pacheco
Vice-Coordenador – Jorge Paulo Oliveira

Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação

Coordenador – Cristóvão Norte
Vice-Coordenador – Jorge Mendes
Vice-Coordenador – Carlos Silva

Comissão de Agricultura e Mar

Coordenador – Emília Cerqueira
Vice-Coordenador – João Marques

Comissão de Educação, Ciência, Juventude e Desporto

Coordenadora – Cláudia André
Vice-Coordenador – António Cunha

Comissão de Saúde

Coordenador – António Maló de Abreu

Vice-Coordenador – Rui Cristina
Vice-Coordenadora – Sandra Pereira

Comissão de Trabalho e Segurança Social

Coordenadora – Helga Correia
Vice-Coordenadora – Lina Lopes
Vice-Coordenadora – Ofélia Ramos

Comissão de Ambiente, Energia e Ordenamento do Território

Coordenador – Bruno Coimbra
Vice-Coordenador – Hugo Martins Carvalho

Comissão de Cultura e Comunicação

Coordenador – Paulo Rios Oliveira
Vice-Coordenador – Fernanda Velez

Comissão de Administração Pública, Modernização Administrativa, Descentralização e Poder Local

Coordenadora – Isaura Morais
Vice-Coordenador – José Cancela Moura

Comissão Transparência e Estatuto dos Deputados

Coordenador – André Coelho Lima
Vice-Coordenadora – Sara Madruga da Costa

ASSISTENTES OPERACIONAIS SÃO “INSUFICIENTES” PARA AS ESCOLAS FUNCIONAREM DURANTE A PANDEMIA

Para o PSD, os assistentes operacionais disponíveis nas escolas “são insuficientes para aplicar as medidas preconizadas de higiene das instalações e equipamentos, bem como de vigilância e controlo dos alunos durante períodos de funcionamento das escolas substancialmente mais alargados”.

Numa pergunta ao ministro da Educação, esta segunda-feira, o grupo parlamentar do PSD pretende saber qual o número de novos profissionais e como se processarão as substituições neste contexto de pandemia. “O início do ano letivo foi há poucos dias e, lamentavelmente, as dificuldades enfrentadas pelas escolas, bastamente discutidas nos últimos meses, são basicamente as mesmas”, criticam os deputados do PSD.

Apesar das promessas do Governo no reforço do número de funcionários, o PSD constata que “em muitos dos 811 Agrupamentos de Escolas é inexistente ou, na melhor das hipóteses, incipiente o reforço do número de assistentes operacionais em efetividade de funções nos estabelecimentos de ensino”.

“Quantos assistentes operacionais estão à data de hoje ao abrigo dos mecanismos de proteção para os trabalhadores com doenças de risco? (...) Quantos são efetivamente os novos funcionários que o Ministério da Educação irá acrescentar ao contingente de pessoal existente nas escolas no final do ano letivo 2019/2020?”, questionam ainda os deputados.

Os parlamentares social-democratas pretendem conhecer o mecanismo que vai permitir substituir, de forma urgente, os assistentes operacionais que venham a ficar doentes, e quantos pedidos de autorização chegaram ao Ministério da Educação para recrutar a partir da bolsa de recrutamento e, destes, quantos foram deferidos.

Recorde-se que ao longo deste mês, o grupo parlamentar do PSD promoveu reuniões com várias entidades representativas de diretores escolares, pais e encarregados de educação, professores. Os deputados do PSD realizaram ainda visitas a muitas escolas em todo o País, mas testemunharam que “é inegável a diferença entre aquilo que é anunciado pelo Governo e a realidade que milhares de alunos, professores e trabalhadores das escolas estão a viver nas suas comunidades educativas, pese embora,

o enorme esforço que tem sido feito por diretores de escola, professores e restantes funcionários para que tudo corra da melhor maneira”.

“A promessa de 500 assistentes operacionais e 200 assistentes técnicos, na realidade, não acrescentará mais trabalhadores aos que já existiam na escola. Em muitos casos, servirá apenas para regularizar vínculos contratuais sem compensar aqueles que, entretanto, se aposentaram ou que estão doentes”, concluem.

O PSD QUESTIONA:

Antevendo-se a premente necessidade de recrutamento célere não só para incorporação de novos Assistentes Operacionais como para substituição daqueles que por razões de doença se retirem, qual o mecanismo que operacionaliza em tempo útil, a resposta urgente às necessidades de substituição de assistentes operacionais?

2. Considerando que as direções dos agrupamentos têm solicitado autorização para incorporar mais assistentes operacionais, quantos pedidos de autorização chegaram ao ministério da educação para recrutar a partir da bolsa de recrutamento e quantos foram deferidos pelo mesmo?

3. Quantos assistentes operacionais estão à data de hoje ao abrigo dos mecanismos de proteção para os trabalhadores com doenças de risco?

4. Quantos assistentes operacionais ainda vão ser contratados para colmatar as reais necessidades das escolas e quando iniciarão funções?

5. Entre os Assistentes Operacionais que já exerciam funções nos agrupamentos de escolas, e aqueles foram aposentados ou que estão ausentes por motivo de doença (baixas médicas) quantos são efetivamente os novos funcionários que o Ministério da Educação irá acrescentar ao contingente de pessoal existente nas escolas no final do ano letivo 2019/2020?

Em concreto quantos são efetivamente novos trabalhadores?

“CORTES BRUTAIS” NO ENSINO ARTÍSTICO

PSD QUER AUDIÇÃO URGENTE DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO

O grupo parlamentar do PSD quer ouvir, no Parlamento, o ministro da Educação por causa do “resultado desastroso do concurso para financiamento dos contratos de patrocínio 2020-2026 para o ensino artístico”, que está a prejudicar a aprendizagem de centenas de alunos em todo o País. Nalguns casos, os cortes ultrapassam os 60%, o que coloca em causa “o funcionamento de muitas instituições, uma vez que o ano letivo foi planificado, as turmas foram constituídas e face à quebra do financiamento são excluídos centenas de alunos que já estavam inscritos”.

“Muitas vozes alertam para a gravidade da situação quer para os alunos e suas famílias porque veem frustradas legítimas expectativas no acesso a estas ofertas educativas, quer para os professores de ensino artístico especializado que ficam com os seus postos de trabalho em risco, quer para as entidades proprietárias de estabelecimentos de ensino particular que ficam impedidas a breve trecho de assegurar o ensino especializado da dança, música, artes visuais e audiovisuais em muitas zonas onde são as únicas estruturas que asseguram um serviço público de educação e garantem a fruição cultural e artísticas a milhares de crianças e jovens”, critica o PSD.

Os deputados do PSD citam os casos do Orfeão de Leiria Conservatório de Artes (OLCA) e da Academia de Música de Vilar do Paraíso, em Vila Nova de Gaia, entre tantas outras instituições, que sofrem “cortes

brutais do seu financiamento que não são justificáveis”. Para estas e outras situações, os deputados do PSD exigem “a resolução urgente”.

O PSD insiste que “o Governo prometeu, por diversas vezes, que as escolas de ensino artístico especializado iriam ter mais alunos apoiados e que veriam o seu financiamento reforçado”. No entanto, “o resultado do concurso de financiamento de contratos de patrocínio para os anos letivos de 2020/2021 até 2025/2026 evidenciam uma diminuição substancial do número de alunos financiados, tanto na iniciação como naqueles que já estavam em regime integrado, articulado ou supletivo”.

A redução de verbas contraria, assim, o anunciado reforço de 10 milhões de euros das verbas para o Ensino Artístico prometido pelo Governo em junho passado, no âmbito de medidas de mitigação dos efeitos da pandemia de covid-19”.



O PSD solicitou, ainda, a audição do Presidente da Ensemble – Associação Portuguesa de Instituições de Ensino de Música.



PSD QUER REDES 5G A OPERAR EM TODO O TERRITÓRIO, INCLUINDO NAS REGIÕES DO INTERIOR

O grupo parlamentar do PSD entregou um projeto de resolução com várias recomendações ao Governo e à Autoridade Nacional para as Comunicações (ANACOM) para a implementação das redes 5G, particularmente nos territórios de baixa densidade populacional. “Num momento em que se vai avançar para um novo patamar tecnológico das redes de comunicações e serviços associados, é importante assegurar a igualdade de condições de acesso por parte das populações e das empresas, e a manutenção da coesão do território tantas vezes subalternizada, não deixando acentuar as clivagens territoriais, o fosso tecnológico e com ele as desigualdades entre cidadãos nacionais”, apontam dos deputados.

Na iniciativa, o PSD relembra que “Portugal tem, atualmente, na sua estrutura governativa, um Ministério para a Economia e Transição Digital, o que permite supor a existência de uma prioridade atribuída às redes de comunicação e seus serviços, no entanto nem sempre tem garantido no passado recente que a transformação do território e a sua infraestruturação tecnológica se processe de forma equilibrada transversal em todo o país”.

Para o PSD, “a manifesta desarticulação” que tem vindo a público entre Governo e Regulador em matéria de 5G “levanta entretanto sérias e fundadas preocupações relativamente ao desenvolvimento e conclusão do processo de atribuição das licenças para a quinta geração móvel”.

Os deputados social-democratas concluem que “no fu-

turo, os territórios que ficarem sem cobertura de 5G não serão atrativos para viver e trabalhar, acelerando-se de forma veemente e irremediável o seu despovoamento”.

O PSD PROPÕE:

1. *Promovam e garantam uma estreita e sã colaboração institucional atendendo ao enorme carácter estruturante e ao potencial de transformação e desenvolvimento que este investimento deverá aportar ao País e à economia na próxima década.*
2. *Levem em linha de conta as recomendações e instrumentos proporcionados pelas instituições da União Europeia, num quadro que se reveste de alguma complexidade e tensão geopolítica relacionada com esta tecnologia.*
3. *Garantam que a dotação de cobertura das Redes 5G seja planeada para todo o território, a partir de critérios que não sejam exclusivamente de ordem demográfica, propondo prazos máximos e objetivos globais para a sua instalação e entrada em operação por regiões distritos ou concelhos.*
4. *Assegurem que no regulamento do leilão para a atribuição de direitos de utilização de frequências para o 5G, a realizar pela ANACOM, seja prevista uma discriminação positiva através da atribuição de incentivos aos operadores, que em contraparti-*

da atribuam prioridade aos investimentos que sejam realizados em territórios de baixa densidade populacional.

5. *Garantam que o calendário nacional para a implementação das redes 5G não sofram mais atrasos, articulando-se e explorando adequadamente a experiência dos restantes Estados-Membros mais adiantados no processo, de modo a usufruir plenamente e em tempo favorável das vantagens competitivas correspondentes à adoção desta importante alavanca da transformação digital num contexto de rede global.*
6. *Garantam de acordo com as conclusões do VIII Fórum Parlamentar Luso-Espanhol, realizado em Lisboa de 13 a 14 de setembro de 2020, “que todos os territórios de fronteira são cobertos por infraestruturas e redes digitais (quer no acesso à rede móvel, quer à Internet com a cobertura mais avançada, como o 5G)”.*
7. *Envidem todos os esforços no sentido de garantir que a Diretiva (UE) 2018/1972, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro – que estabelece o Código Europeu de Comunicações Eletrónicas – é transposta dentro dos prazos definidos para o efeito, concretamente o dia 20 de dezembro de 2020.*

PSD PRETENDE REVERTER ENCERRAMENTO DO SERVIÇO DE CONSULTA ABERTA DO HOSPITAL DE CANTANHEDE



Os deputados do PSD, entre os quais os eleitos por Coimbra, Mónica Quintela, António Maló de Abreu e Paulo Leitão, contestam o encerramento do serviço de consulta aberta do Hospital do Arcebispo João Crisóstomo (HAJC), em Cantanhede, unidade que serve uma população de 60 mil habitantes, principalmente residente nas regiões do Baixo Mondego e do Baixo Vouga.

“Concorda o Governo com essa decisão violadora do acordo celebrado entre o Ministério da Saúde, a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., e a autarquia de Cantanhede”, questionam os deputados, numa pergunta à ministra da Saúde.

Os deputados do PSD lembram que os utentes servidos pelo HAJC “foram recentemente surpreendidos com o encerramento da consulta aberta existente no referido hospital, a qual era assegurada há mais de uma década pelos médicos do Centro de Saúde de Cantanhede, nos termos do acordo celebrado pelo Ministério da Saúde (MS), pela Administração Regional de Saúde (ARS) do Centro, I.P., e pela Câmara Municipal de Cantanhede”.

Para o PSD, a “consternação da população é ainda maior quando se recorda que a consulta aberta foi instituída por

um Governo do Partido Socialista, em 2007, como contrapartida pelo encerramento do então serviço de urgência do HAJC, e que esse executivo se comprometera com a existência e manutenção de uma resposta minimamente satisfatória para atendimento das situações de enfermidade urgentes e emergentes, o que manifestamente deixou de suceder naquela unidade hospitalar do SNS”.

Os deputados consideram inaceitável pretender-se fazer crer que o serviço “continua a funcionar no Centro de Saúde quando, na verdade, como bem o denunciou a autarquia de Cantanhede, só há atendimento por marcação aos fins de semana e feriados, das 10h00 às 18h00, em qualquer caso, sem os serviços de análises clínicas e de eletrocardiografia, absolutamente indispensáveis para o diagnóstico em situações agudas”.

O PSD pretende, assim, reverter o encerramento do serviço de consulta aberta no HAJC, assim como valorizar as condições de prestação de cuidados de saúde naquele hospital e melhorar a acessibilidade aos mesmos por parte dos utentes do SNS e reforçar as condições de funcionamento dos serviços de medicina de reabilitação na região de saúde do Centro.

O PSD PERGUNTA:

Tem o Governo conhecimento da decisão de encerramento da consulta aberta no Hospital do Arcebispo João Crisóstomo?

Concorda o Governo com essa decisão violadora do acordo celebrado entre o Ministério da Saúde, a Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., e a autarquia de Cantanhede?

Vai o Governo reverter a decisão de encerramento da consulta aberta no Hospital do Arcebispo João Crisóstomo e, nesse caso, a partir de que data?

Que reforços de profissionais, especialmente de pessoal médico e de enfermagem, estão ou vão ser previstos para o Hospital do Arcebispo João Crisóstomo, bem como para as Unidades de Saúde Familiar e Extensões de Saúde do Baixo Mondego e do Baixo Vouga?

Que mecanismos de referência de doentes vão ser criados com vista a otimizar a ocupação de camas de cuidados continuados e paliativos?

Que medidas de rentabilização das valências e dos recursos do Centro de Medicina de Reabilitação da região de saúde do Centro – Rovisco Pais, estão previstas, especialmente ao nível da reabilitação geral em lesões vertebro-medulares e doenças do foro neurológico?

CIRURGIAS ADIADAS POR FALTA DE ANESTESISTAS NO HOSPITAL DE CHAVES

O problema da falta de anestesistas no Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro (CHTMAD) está a agravar-se, situação que, desde 2019, tem persistentemente levado o PSD a avançar com diversas diligências no Parlamento. O mais recente episódio ocorreu na quinta-feira, 17 de setembro, quando foi divulgado que “a mudança de um anestesista que estava escalado para Chaves, para o Hospital de Vila Real à última da hora fez com que as cirurgias programadas para Chaves tivessem de ser adiadas e provocou a indignação” da população.

Nesse sentido, os deputados do PSD pelo distrito de Vila Real acabam de endereçar uma pergunta à ministra da Saúde, onde pedem esclarecimentos sobre o que se está a passar no hospital flaviense. “Embora haja conhecimento da falta de especialistas desta especialidade e de outras, a verdade é que nada se efetuou para se contornar esta situação”, apontam.

Na quinta-feira, a unidade hospitalar de Chaves tinha inúmeras cirurgias agendadas e estava escalado um anestesista para as fazer, mas à última da hora, por decisão do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro (CHTMAD), o anestesista foi chamado para a unidade hospitalar de Vila Real, onde um colega seu estava em falta. Como a unidade de Chaves ficou sem anestesista, as cirurgias programadas para hoje, foram todas canceladas e instalou-se a revolta na população.

O grupo parlamentar do PSD considera que “a população do Alto Tâmega está, assim, persistentemente, a ver os seus direitos de acesso ao SNS obstaculizados e, mais uma vez, esta notícia o veio comprovar”. Mais ainda, por causa da pandemia de Covid-19, houve uma quebra na atividade assistencial e no que diz respeito às cirurgias programadas para o SNS, registou-se um decréscimo de 5.3 %.



O PSD PERGUNTA:

1. O teor da notícia referida supra é do conhecimento do Ministério da Saúde?
2. A falta de anestesistas é um problema conhecido do CHTMAD, o que leva esta Unidade a ter de recorrer a empresas prestadoras de serviços. Sendo um problema conhecido o que é que o Ministério da Saúde pondera efetuar para fixar anestesistas nas Unidades do CHTMAD?
3. Quais os critérios/ motivos que levaram à transferência do anestesista da Unidade de Chaves para Vila Real?
 - Que tipo de cirurgias estavam agendadas para a Unidade de Chaves nessa data?
 - É esse um argumento a usar para limitar a produtividade do Bloco Operatório de Chaves e ponderar o encerramento?
 - No Alto Tâmega é esta acessibilidade aos cuidados do SNS?

“Esta pandemia obrigou os hospitais a procedimento e rotinas bem delineadas como por exemplo a realização de testes de despistagem de doentes antes da cirurgia. O adiamento da cirurgia tem implicações não só na reprogramação das mesmas, mas também no agravamento da patologia de base, na ansiedade do utente bem como implicações no seio familiar”, referem os deputados.

De acordo com os deputados, “além da falta de anestesistas, os profissionais das especialidades cirúrgicas encontram-se desmotivados, o que poderá levar à sua saída, a qual, por sua vez, poderá condicionar a viabilidade da urgência médico cirúrgica em Chaves e comprometer o funcionamento das especialidades cirúrgicas em todas as Unidades. Se não se realizam cirurgias a lista de espera de doentes que aguardam cirurgia cresce e há a necessidade de transferir doentes para outro hospital”.

**Acompanhe-nos
no dia-a-dia...**



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

BOLIEIRO QUER POTENCIAR CENTRALIDADE DA ILHA TERCEIRA

José Manuel Bolieiro quer potenciar a centralidade da ilha Terceira, ressaltando que a sua posição geoestratégica não pode ficar reduzida ao interesse militar. “É nosso compromisso reformar, revalorizar o potencial da ilha Terceira na sua centralidade e na capacidade instalada que está subaproveitada”, avançou o líder regional social-democrata, em Angra do Heroísmo, na segunda-feira, 21 de setembro, na apresentação da lista do PSD pelo círculo eleitoral da ilha Terceira, encabeçada por António Ventura.

Para José Manuel Bolieiro, candidato do PSD a Presidente do Governo Regional, “é preciso redefinir pensamento estratégico, político e cívico para a posição global e geoestratégica da ilha Terceira e dos Açores no seu todo, e não reduzir a base das Lajes a um interesse militar”.

Em matéria de transportes, o Presidente do PSD/Açores defende uma reforma da rota aérea de passageiros, que “coloque a ilha Terceira ao serviço não apenas



Para António Ventura, que cumpre um segundo mandato como deputado à Assembleia da República, a mudança na governação regional é “mais do que urgente” e “necessária”, para libertar os Açores de um “poder absoluto”.

“O nosso lema é devolver o orgulho aos terceirenses, devolver a capacidade de construir um programa que permita atrair investimento externo, que atraia empresas, que crie emprego e fixe jovens”, realçou.

A lista do PSD pelo círculo eleitoral da ilha Terceira tem como número dois Rui Espínola, professor e vereador da oposição na Câmara Municipal da Praia da Vitória, seguindo-se Vânia Ferreira, técnica superior de serviço social, Paulo Gomes, apontador principal e presidente da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, e Luís Soares, dirigente da Associação Sindical dos Profissionais de Polícia.

de si própria, mas de todas as ilhas dos Açores, como um elemento decisivo e central”.

O líder do PSD/Açores comprometeu-se a “apostar em plataformas logísticas” que valorizem a posição do Porto da Praia da Vitória e sublinhou que não prescindirá de um cais de cruzeiros na mesma cidade. “Como é possível descurar e ter adiado constantemente a estratégia do Porto da Praia da Vitória para potenciar dimensão atlântica aos Açores em matéria de infraestruturas portuárias?”, criticou.

O candidato social-democrata condenou ainda o facto de ainda não existir “uma previsão da instalação efetiva e eficaz” do serviço de radioterapia no Hospital da Ilha Terceira, previsto desde a sua construção, em 2012.

O ex-presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada e cabeça de lista do círculo eleitoral de São Miguel sublinhou que o reforço da capacitação da Terceira não servirá apenas a população desta ilha, mas de todo o arquipélago. “É esta dimensão que ultrapassa o bairrismo que eu quero que, em nome do PSD, se concretize no imaginário do pensamento dos açorianos, é que a valorização de cada uma das nossas ilhas – e hoje aqui falo da Terceira – não servirá o potencial que a ilha tem apenas para a ilha”, reiterou.

A ideia foi também defendida pelo cabeça de lista da ilha Terceira, António Ventura, que descreveu José Manuel Bolieiro como um “homem regional”, que se “comprometeu com cada ilha” e que tem uma “visão de desenvolvimento harmonioso” para os Açores. “Percebe que só há unidade regional se pudermos desenvolver cada território que nós temos, cada uma das nossas nove parcelas”, frisou.

APROVADA PROPOSTA DO PSD PARA MAJORAR APOIOS AOS EX-TRABALHADORES DA COFACO

O deputado do PSD/Açores na Assembleia da República, Paulo Moniz, afirmou que a aprovação do projeto de lei social democrata “foi uma grande vitória dos ex-trabalhadores da Cofaco na ilha do Pico e é uma questão de justiça social”.

“É uma vitória da perseverança e da esperança sobre a experiência de medidas há muito anunciadas e todas elas fracassadas, por aqueles que têm formalmente a obrigação de os defender e a quem estes ex-trabalhadores confiaram o seu destino”, acrescentou Paulo Moniz.

“Alguns dos cerca de 180 trabalhadores, sem trabalho desde o encerramento da fábrica, em janeiro de 2018, até já deixaram de receber o subsídio de desemprego”, adiantou o parlamentar.

O deputado congratulou-se com o amplo consenso que a medida mereceu em plenário, num assunto “tantas vezes discutido, quer na Assembleia Legislativa dos Açores, quer aqui na Assembleia da República e que, finalmente e pela mão do PSD, tenha em concreto uma resolução e a partir de hoje força de lei”, afirmou.

“Perante uma causa tão justa e urgente, e estando em debate uma iniciativa cujos princípios fundamentais são comuns a vários partidos, nada mais faria sentido do que a aprovação unânime deste projeto de lei”, disse mesmo Paulo Moniz.

O social-democrata não deixou de alertar para “o tempo que vai agora passar-se entre a aprovação desta medida, que tem força de lei, e a sua aplicação. Logo veremos se haverá a urgência e boa vontade aqui propalada ou se teremos o Governo do partido socialista a adiar a implementação de soluções para as pessoas, no caso os cerca de 180 ex-trabalhadores da Cofaco na ilha do Pico”, concluiu.

Refira-se que a iniciativa do PSD cria um regime transitório de apoio com prolongamento do prazo do subsídio de desemprego ao ex-trabalhadores da Cofaco na ilha do Pico, com majoração do RSI em 20% e do abono de família em 25%, até janeiro de 2024, data em que se espera já a nova fábrica esteja em laboração.

CONVOCATÓRIAS DO PSD

RECEÇÃO

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



DISTRITAIS

CASTELO BRANCO

Ao abrigo do artº 41º dos Estatutos, convoca-se a Assembleia Distrital para reunir dia 2 de outubro (sexta-feira) de 2020, pelas 20H30, na Sede Distrital do PSD sita, na Rua Prior Manuel de Vasconcelos, 34 – loja 1, R/C em Castelo Branco. com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Outros assuntos.

Nota: no sentido de não haver riscos, apela-se ao rigoroso cumprimento das regras de segurança no que respeita ao uso de máscara ou viseira.

Será disponibilizado, em tempo útil, a cada um dos elementos da Assembleia Distrital um link de plataforma digital para, caso não possa estar presente, participar ao desenrolar da mesma.

SANTARÉM

Nos termos dos Estatutos e Regulamentos Eleitoral do PSD para os Órgãos Distritais e Locais publicado em suplemento no Povo Livre, convoca-se todos os militantes do distrito de Santarém, dotados de capacidade eleitoral ativa, para a eleição dos Órgãos Distritais, a realizar dia 24 de outubro (sábado) de 2020, entre as 14H00 e as 19H00, em todas as Secções em que militam, com o seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Mesa da Assembleia Distrital;
2. Eleição da Comissão Política Permanente Distrital;
3. Eleição do Conselho de Jurisdição Distrital;
4. Eleição da Comissão Distrital de Auditoria Financeira,
5. Eleição dos Delegados de Secção à Assembleia Distrital.

Notas: As urnas estarão abertas, em cada Secção, das 14H00 às 19H00 do dia 24 de outubro (sábado) de 2020, sem embargo da prorrogação excepcional prevista no Regulamento Eleitoral.

As listas de candidatura para os Órgãos Distritais a eleger diretamente deverão ser entregues à Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem a substitua, na Sede Distrital, até às 24H00 do dia 1 de outubro (terceiro dia anterior ao ato eleitoral), encontrando-se a sede aberta para o efeito, das 21H00 às 24H00.

As listas candidatas a Delegados de Secção à Assembleia Distrital deverão ser entregues aos Presidentes das Assembleias de Secção correspondentes, ou a quem os substitua, nos mesmos prazos referidos anteriormente, devendo estar abertas, nos mesmos termos e para os mesmos efeitos, as respetivas sedes, ou locais em que decorra a votação. Para as Secções de Alcanena, Alpiarça, Almeirim, Alpiarça e Constância, e a título excepcional, estas listas de candidatura devem ser entregues na Sede Distrital em Santarém (Rua do Colégio Militar, nº 26-1º H, Santarém).

SEDES CONCELHIAS

SECÇÃO	MORADA	CONCELHO
Abrantes	Rua de S. Pedro, 22-1º A	Abrantes
Alcanena	Rua do Conde, 38-1º	Torres Novas
Almeirim	Rua Direita de S. Pedro, 119	Chamusca
Alpiarça	Rua Direita de S. Pedro, 119	Chamusca
Benavente	Praça Dr. Anselmo Xavier, nº 13-1º	Benavente
Cartaxo	Rua Serpa Pinto, Lt 3-1º Dto	Cartaxo
Chamusca	Rua Direita de S. Pedro, 119	Chamusca
Constância	Rua Vasco da Gama, nº 6	Vila Nova da Barquinha
Coruche	Travessa dos Guerreiros, nº26	Coruche
Entroncamento	Rua Almirante Reis, 64	Entroncamento
Ferreira do Zêzere	Rua Francisco Sá Carneiro, 18	Ferreira do Zêzere
Golegã	Rua Gil Vicente, 30	Golegã
Mação	Largo Bombeiros Voluntários, 8-A	Mação
Ourém	Rua Dr. Carlos Vaz Faria Almeida, 31-1º	Ourém
Rio Maior	Avenida Paulo VI, Lt 102-1º Dto	Rio Maior
Salvaterra de Magos	Rua Dr. Miguel Bombarda, nº 8-1º Esq.	Salvaterra de Magos
Santarém	Rua do Colégio Militar, 26-1º H	Santarém
Sardoal	Centro Cultural Gil Vicente, Av. D. João III	Sardoal
Tomar	Rua da Fábrica da Fiação, 57-A	Tomar
Torres Novas	Rua do Conde, 38-1º	Torres Novas
Vila Nova da Barquinha	Rua Vasco da Gama, 6	Vila Nova da Barquinha

SETÚBAL

Nos termos dos Estatutos convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal para reunir no próximo dia 6 de outubro (terça-feira) de 2020, pelas 21H00, no Auditório Cine Teatro São João, sita na Rua Gago Coutinho e Sacadura Cabral, em Palmela, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações,
2. Análise da situação Política.

SECÇÕES

ALBUFEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-os militantes da assembleia de secção de albufeira, do Distrito de Faro, para eleição dos Órgãos da Secção, a realizar no próximo dia 24 de outubro (sábado) de 2020, pelas 15H00, na Sede do PSD/Albufeira, sita estrada Vale de Pedras – Edifício Palmeira – 1º J – Albufeira, pelas 15H00, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único. Eleição dos Órgãos da Secção

1. Comissão Política de Secção;
2. Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As urnas estarão abertas das 15H00 às 19H00.

As listas candidatas, deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede da Secção, que estará aberta para o efeito.

BENAVENTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Benavente, para reunir no dia 24 de outubro (sábado) de 2020, pelas 14H00, na sua Sede, sita na Praça Dr. Anselmo Xavier, nº 13, 1º, em Benavente, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único. Eleição dos Órgãos da Secção

1. Comissão Política de Secção;
2. Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas das 14H00 às 19H00.

FERREIRA DO ZÊZERE

Ao abrigo dos estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes da Secção de Ferreira do Zêzere, dotados com capacidade eleitoral ativa, para reunirem no próximo dia 24 de outubro (sábado) de 2020, pelas 14H00, na sede concelhia, sita na Rua Francisco Sá carneiro, nº 18-Ferreira do Zêzere, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único. Eleição dos Órgãos da Secção.

1. Comissão Política de Secção;
2. Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: A título excepcional, as listas de candidatura devem ser entregues na Sede Distrital de Santarém (Rua do Colégio Militar, nº 26-1º H, Santarém).

As urnas estarão abertas das 14H00 às 19H00, sem embargo da prorrogação excepcional prevista no nº 5 do artº 10º do Regulamento Eleitoral.

GOLEGÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se todos os militantes da Assembleia de Secção da Golegã, para Eleição dos Órgãos da Secção Concelhia, a realizar no próximo dia 24 de outubro (sábado) de 2020, pelas 14H00, sita na Rua Gil Vicente, nº 30, Golegã, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único. Eleição dos Órgãos da Secção.

1. Comissão Política de Secção;
2. Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: O ato eleitoral decorrerá entre as 14H00 e as 19H00

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, no local indicado na convocatória da eleição, espaço que estará aberta para o efeito.

GRÂNDOLA

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Grândola, para reunir no próximo dia 31 de outubro (sábado) de 2020, entre as 18H00 e as 21H00, na Rua de São Sebastião, 16 em Grândola, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Eleição dos Órgãos de Secção 2020/2022.

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral na Rua Idalina Santana, Lote 18 em Grândola

LOUSÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se todos os militantes do Concelho da Lousã, dotados de capacidade eleitoral ativa, para reunirem no próximo dia 24 de outubro (sábado) de 2020, pelas 17H00, no Auditório da Biblioteca Municipal Comendador Montenegro, Av. Coelho da Gama, 18, na Lousã, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único – Eleição dos Órgãos da Secção da Lousã:

1. Mesa da Assembleia de Secção;
2. Comissão Política de Secção.

Notas: As listas de candidatura para os Órgãos Secção, deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na Sede Distrital, sita, rua Lourenço Almeida Azevedo, 16, em Coimbra, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 17H00 e às 19H00.

MONTEMOR-O-VELHO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Montemor-o-Velho, para reunir no próximo dia 24 de outubro (sábado) de 2020, pelas 16H00, na Sede da Associação Filarmónica 25 de Setembro, sita na Rua Dr. José Galvão, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser entregues, ao Presidente de Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estarão abertas das 16H00 às 18H00.

MOURÃO

Nos termos do disposto no artº 53º, nº 2, d), dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mourão, para reunir, no próximo dia 7 de outubro (quarta-feira) de 2020, pelas 18H30, no Monte do Colmeal, sita na Freguesia de Mourão, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações,
2. Orçamento e Plano de atividades para 2021,
3. Discussão – Eleições Autárquicas 2021;
4. Análise da situação política municipal;
5. Outros assuntos.

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes com capacidade eleitoral ativa, para uma Assembleia da Secção dia 24 de outubro (sábado) de 2020, pelas 14H00 na sede do PSD de Santarém, sita na Rua do Colégio Militar nº 26-1º H, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: A eleição decorrerá entre as 14H00 e as 19H00, de acordo com o Regulamento Eleitoral.

As listas candidatas para a Comissão Política de Secção e para a Mesa da Assembleia de Secção devem ser entregues na sede, ao Presidente de Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

SARDOAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral do PSD para os Órgãos Distritais e Locais, convoca-se a Assembleia da Secção do PSD de Sardoal, para reunir no dia 24 de outubro (sábado) de 2020, pelas 14H00, no Centro Cultural Gil Vicente, sita na Rua D. João III, Sardoal com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: As listas candidatas deverão ser apresentadas de acordo com o estabelecido no regulamento Eleitoral e entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

No caderno eleitoral apenas constarão os militantes com as quotas em dia.

As urnas estarão abertas entre as 14H00 e as 19H00.

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se todos os militantes com capacidade eleitoral ativa, para uma Assembleia da Secção dia 24 de outubro (sábado) de 2020, pelas 14H00 na sede do PSD de Tomar, sita na Rua da Fábrica da Fiação, 57-A, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Notas: A eleição decorrerá entre as 14H00 e as 19H00, de acordo com o Regulamento Eleitoral. As listas candidatas para os órgãos de Secção devem ser entregues na sede, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

VILA NOVA DA BARQUINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se todos os militantes da Secção de Vila Nova da Barquinha, dotados de capacidade eleitoral ativa, para reunirem no próximo dia 24 de outubro (sábado) de 2020, pelas 14H00, na Sede concelhia, sita na Rua Vasco da Gama, nº 6 Vila Nova da Barquinha, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: A título excecional, as listas candidatas devem ser entregues na Sede Distrital em Santarém (Rua do Colégio Militar, nº 26-1º H, Santarém)

As urnas estarão abertas das 14H00 às 19H00, sem embargo da prorrogação excecional prevista no nº5 do artº 10º do Regulamento Eleitoral.

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Real, no dia 2 de outubro (sexta-feira) de 2020, pelas 21H00, na Sede do PSD, sita na Rua da Boavista, nº 11 com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política,
2. Outros assuntos.

Notas: A Assembleia decorrerá de acordo com as recomendações de Saúde e será obrigatório a utilização de máscara.

NÚCLEOS

GONDIFELOS, CAVALÕES E OUTIZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Gondifelos, Cavalões e Outiz para reunir no próximo dia 24 de outubro (sábado) de 2020, pela 17H00, na Sede da Junta de Freguesia de Gondifelos, sita na Rua da Igreja, nº 28 Gondifelos com a seguinte.

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política do Núcleo de Gondifelos, Cavalões e Outiz.

Notas: As urnas estarão abertas das 17H00 às 19H00.

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política do PSD da Secção de Famalicão até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

NUGUEIRA E SILVA ESCURA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes do Núcleo de Nogueira e Silva Escura, para reunir no próximo dia 24 de outubro (sábado) de 2020, pelas 18H00, no Pólo de Serviços de Silva Escura, situado na Rua D. Maria Mimososa dos Santos, nº 51, Maia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Eleição da Comissão Política do Núcleo de Nogueira e Silva Escura.

Nota: O ato eleitoral decorrerá entre as 18H00 e as 20H00.

As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente da Comissão Política do Núcleo, ou a quem estatutariamente a possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

SÃO FÉLIX DA MARINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de S. Félix da Marinha, para reunir no dia 24 de outubro (sábado) de 2020, às 16H00 em sistema de urna aberta, na Sede de S. Félix da Marinha, sita à Rua de S. Félix, 940, Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Eleição da Comissão Política do Núcleo do PSD de S Félix da Marinha

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Comissão Política do Núcleo do PSD de S. Félix da Marinha ou a quem estatutariamente o possa substituir até às 24H00 do terceiro dia anterior à realização do ato eleitoral.

A sede Concelhia está aberta para a receção de listas, no último dia das 21H30 às 24H00.

As urnas estarão abertas entre as 16H00 e as 18H00.

CONVOCATÓRIAS DA JSD**RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: jsdnacional@gmail.com

**GOLEGÃ**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD da Golegã, para reunir no próximo dia 24 de outubro de 2020, pelas 14h00m na Rua Gil Vicente, n.º 30, 2150-193 Golegã, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política e Mesa de Plenário da Concelhia da JSD de Golegã.

Notas:

O Ato Eleitoral decorrerá entre as 14h00m e as 16 horas.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da JSD Distrital de Santarém, ou a quem estatutariamente o possa substituir, na sede do PSD de Santarém, sita na Rua do Colégio Militar, n.º 26, 2000-230 Santarém, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoco o Plenário Concelhio da JSD da Lourinhã, para reunir no próximo dia 24 de Outubro de 2020, sábado, pelas 17 horas, na Sede do PSD/JSD da Lourinhã, sita na Rua Adelino Amaro da Costa, n.º 4-Cave A, 2530-105, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD da Lourinhã.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Nacional, ou a quem o substitua estatutariamente, até às 23:59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, devidamente acompanhadas dos termos de aceitação de todos os candidatos, bem como das respetivas fotocópias dos documentos de identificação. Mais se informa que as urnas estarão abertas por um período de duas horas, a saber: 17h00 – 19 horas.

MURÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se todos os militantes da Concelhia de Murça para Plenário Eleitoral a realizar no próximo dia 25 de outubro de 2020, na sede concelhia de Murça, sita na Praça 5 outubro, n.º1, Sala 2, 5090-134 Murça, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia da JSD de Murça.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente de Mesa do Congresso Distrital, ou a quem o substitua, até às 23:59 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas, no dia 25 outubro de 2020, estarão abertas entre 11H00 e as 13H00.

ÓBIDOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e do Regulamento Eleitoral da JSD, convoca-se a Assembleia Eleitoral da Concelhia de Óbidos, para reunir entre as 11h e as 13h do dia 24 de outubro de 2020 na Albergaria Josefa de Óbidos, sita na Rua Dom João de Ornelas, 2510-074 Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD de Óbidos.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da JSD Distrital de Leiria, ou a quem estatutariamente o substitua, na sede do PSD de Leiria, sita na Avenida José Jardim, n.º 32, 2411 – 901 Leiria, até às 23h59 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentos da JSD.

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos, convoca-se Plenário Eleitoral da JSD Setúbal a reunir no próximo dia 24 de Outubro de 2020, pelas 17:00H na sede concelhia do PSD Setúbal, sita na Rua Rodrigues de Freitas nº 23 1ºESQ 2900-107 Setúbal, com ponto único na ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política de secção e da Mesa do Plenário.

Nota:

As listas devem ser apresentadas até às 23:59H do terceiro dia anterior ao da realização do Plenário, ao Presidente da Mesa Distrital ou a quem o possa substituir, nos termos do disposto no Regulamento Eleitoral da JSD, na sede do PSD de Setúbal. As urnas estarão abertas entre as 17:00H e as 19:00H.

TOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Tomar, para reunir no próximo dia 9 de outubro de 2020 (sexta) pelas 20:30 horas na sede do PSD de Tomar, sita na Rua da Fábrica da Fiação, 57-A, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Outros Assuntos.

ERRATA**NESD DA UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social-democrata e demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD inscritos na Universidade da Beira Interior, para o Plenário do Núcleo de Estudantes Social Democratas da Universidade da Beira Interior (NESD/UBI) para reunir dia 14 de Outubro de 2020, das 20h00 às 22 horas, no Auditório da Biblioteca Central, Pólo 1 da UBI, sito em Rua Marquês de Ávila e Bolama, n.º 48, na Covilhã, com a seguinte ordem de trabalhos: Ponto único – Eleição da Direção e da Mesa do Plenário do NESD/UBI.

Nota:

As listas candidatas deverão ser entregues à Presidente da Mesa do Plenário, até às 23h59m do terceiro dia anterior ao ato eleitoral. A entrega das listas decorrerá no local supracitado.